10 PASSOS PARA FAZER UMA ANÁLISE CUSTO-BENEFÍCIO — É FÁCIL!

Copenhagen Consensus Center. Tradução para o português do Brasil feita com auxílio de IA.

Esta lista é útil para qualquer análise custo-benefício. Como exemplo de intervenção, usaremos aqui a política de planos de aula semiestruturados: um plano educacional que dá a cada professor um roteiro bastante detalhado de todas as aulas ao longo do ano, com oficinas, apoio e acompanhamento pedagógico.

Lembre-se: você analisa uma *política*, não uma *área temática*. Você não está analisando a educação; está analisando a política específica de distribuir planos de aula semiestruturados. Da mesma forma, uma relação benefício-custo (RBC) alta não significa que o dinheiro gasto em educação seja bem gasto; significa que o dinheiro gasto nesta política educacional específica é bem gasto.

Lembre-se também: a sua política é *adicional*. Isso significa que você parte da situação atual e analisa o que acontecerá se *apenas acrescentar os planos de aula*. Sem a sua política, continuará havendo ensino, só que não tão eficaz.

1. Identifique o **cenário contrafactual** da **intervenção**. O cenário contrafactual costuma ser o cenário sem a política — o mundo segue como teria seguido sem a intervenção. A inter-

venção é a política que você está analisando. No cenário contrafactual, o ensino continuará como vem acontecendo, enquanto a intervenção acrescentará os planos de aula. É um erro comum pensar que a sua intervenção é a diferença entre fazer algo e não fazer nada: o cenário contrafactual da distribuição de mosquiteiros para reduzir a malária não é que ninguém faça nada. Mesmo sem a política, continuará havendo o atendimento de saúde habitual, medicamentos contra a malária, algumas pessoas comprando mosquiteiros pela internet etc. A sua política é simplesmente *mais mosquiteiros*.

2. Identifique o **horizonte temporal mais simples** para a intervenção. Resista à tentação da precisão de montar uma planilha que cubra muitas gerações futuras — ela será impossível de gerenciar, provavelmente estará errada e certamente será um exagero. O horizonte temporal para analisar os planos de aula deve ser de um ano, porque esse é o menor horizonte temporal para o qual temos boas pesquisas sobre os impactos. Observe que isso ainda significa que você deve incluir todos os custos e todos os benefícios que ocorrerão, por tempo indefinido no futuro, em decorrência dessa intervenção de um ano com planos de aula.
3. Identifique a **população mais simples** para a intervenção. Provavelmente seria o grupo total de, digamos, alunos e professores do 3º ano.
4. Identifique os **impactos**. Qualquer política terá uma infinidade de impactos. Apenas alguns são muito importantes. Identifique-os. Na saúde, muitas vezes é a morte (muito mais importante do que a doença). Na educação, é a aprendizagem. É fundamental que você consiga quantificar e monetizar esses impactos. Não tem problema não medir tudo — se você mediu os impactos mais importantes, a sua análise estará correta no essencial. Alguns impactos podem ser negativos e devem ser

monetizados nos custos. Se um ensino melhor faz com que os alunos permaneçam mais tempo na escola, isso aumenta os custos escolares totais para a sociedade. Se alunos mais velhos permanecem mais tempo em sala de aula, eles também abrem mão de um emprego de menor qualificação, o que significa que deixam de ganhar uma renda. Ambos seriam contabilizados como custos.

5. Mapeie e monetize os **custos**. Os custos óbvios são a produção dos planos de aula, a sua distribuição, os custos das oficinas, do apoio e do acompanhamento pedagógico e os custos adicionais para os professores (dias de trabalho adicionais dedicados às oficinas, mas provavelmente não à preparação das aulas com a leitura dos planos de aula). Multiplique pelo número de professores do 3º ano. Lembre-se: muitos custos são insignificantes em comparação com os custos principais — por exemplo, a produção dos planos de aula provavelmente será insignificante. Esses custos podem ser ignorados. Por fim, lembre-se de incluir quaisquer impactos negativos.

6. Qual será a **adesão**? Você não alcançará todos os professores. Se, digamos, apenas 80% dos professores participarem, quais custos serão reduzidos?

7. Faça a estimativa do **custo em valor presente**, descontando todos os custos futuros para o presente. Com um horizonte temporal de um ano, isso se torna trivial (ótimo!). Pense: haverá algum custo futuro decorrente da intervenção de um ano com planos de aula? A resposta simples é "não", mas uma resposta mais elaborada levará em conta alguns impactos mais amplos. Uma grande mudança no custo viria do seguinte cenário: se os planos de aula tornarem os professores melhores e isso se tornar amplamente conhecido, talvez mais alunos permaneçam mais tempo na escola, aumentando a matrícula total e, portanto, o custo total para a sociedade. Esse custo pro-

vavelmente não seria incluído na análise custo-benefício (ACB) formal, mas seria bom incluí-lo como uma consideração na parte de discussão da análise, descrevendo o que esse custo adicional faria com a RBC (ela diminuiria).

8. Mapeie e monetize os **benefícios**. O benefício padrão da educação é que mais aprendizagem leva a notas mais altas nas avaliações, que levam a rendas mais altas no futuro. O benefício só surgirá quando o aluno entrar no mercado de trabalho e, a partir daí, será um aumento percentual da renda em cada ano de emprego até a aposentadoria.
9. Qual será a **adesão**? Nem todos os alunos conseguirão um emprego, então nem todo aluno recebe o benefício. Uma solução comum define o número total de alunos que receberão o benefício como o número total de alunos multiplicado pelo percentual atual de pessoas ocupadas. Multiplique isso pelo benefício adicional por aluno em cada ano da vida profissional dos alunos do 3º ano (normalmente dos 18 aos 65 anos de idade). Lembre-se: o benefício não é a renda total deles, mas o *aumento* da renda ocorrido em consequência da intervenção.
10. Faça a estimativa do **benefício em valor presente**, descontando cada um dos anos de benefícios. Se começarmos com alunos do 3º ano com, digamos, 10 anos, eles só começarão a trabalhar aos 18 anos, ou seja, 8 anos depois. Nesse ano, eles terão uma renda adicional. O mesmo vale para os 47 anos seguintes. Desconte todos esses benefícios adicionais para o presente.

Divida o benefício em valor presente pelo custo em valor presente: o resultado é a sua RBC.